

# RUPTURA

[www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org)

## VIVA A REVOLUÇÃO ÁRABE



### Presidenciais 2011

A ausência de uma verdadeira alternativa de esquerda deu a maioria absoluta à abstenção, uma magra vitória ao candidato da direita, Cavaco Silva, e um cartão vermelho ao governo e ao seu candidato, Manuel Alegre.

PÁG. 8



### As verdades da “paz” na Palestina

Documentos revelados pelo canal Al Jazeera comprovam que Israel nunca esteve interessado num acordo de paz, mesmo com as concessões escandalosas da Autoridade Palestiniana.

PÁG. 5

### Lutas estudantis

2010 ficou marcado pelo combate cada vez mais radicalizado dos universitários europeus contra os ataques dos seus governos. Em França contra o aumento da idade da reforma; em Inglaterra contra o aumento das propinas, e em Itália contra a precariedade e pelo direito à educação.

PÁG. 6



## Retomar a mobilização e luta popular

As revoltas populares que eclodiram no norte de África e que já levaram a uma primeira vitória da revolução na Tunísia, e estão a beira de conseguir o derrube da ditadura de Mubarak no Egipto colocam mais uma vez aos olhos do mundo a grande força que pode ter uma mobilização popular e a sua capacidade de derrotar poderosas forças repressivas, policiais e militares. O mais eficaz caminho de obter vitórias e de efectuar verdadeiras mudanças é este que agora está a ser trilhado por estes povos árabes.

Em Portugal, ao contrário, foi interrompido o caminho da mobilização que conduziu à Greve Geral de 24 de Novembro, e quer as direcções sindicais quer a esquerda parlamentar, aceitaram o período eleitoral como um interregno na luta social e sindical.

Embora de um modo distorcido, as eleições presidenciais mostraram o descontentamento popular com este regime responsável pela crise e com as políticas seguidas pelo governo PS. O candidato apoiado pelo governo foi o grande derrotado e o candidato único da direita reelegeu-se sem convencer. A grande fatia do repúdio popular contra o actual estado de coisas expressou-se por uma abstenção recorde (de 53%), e no voto por candidatos que se apresentaram contra a política do governo, ou por fora do actual quadro partidário parlamentar.

As vitórias e derrotas nestas eleições estavam anunciadas, e a ausência de uma candidatura de unidade contra a política do governo e da direita fez muitos trabalhadores e parte do povo de esquerda virarem as costas a estas eleições.

O ano de 2011 começa com a concretização dos ataques aos trabalhadores, particularmente no sector público, onde já tiveram os seus salários diminuídos. Em preparação pelo governo e patrões já estão na calha novas medidas destruidoras do emprego com direitos. O despedimento a baixo custo para substituir trabalho efectivo por trabalho precário é mais uma medida do governo “de esquerda” PS, que visa aumentar um autêntico exército de desempregados disponíveis para trabalhar pelo salário mínimo (inferior aos 500 euros).

É este mesmo governo PS, destruidor dos direitos dos trabalhadores, fiel aliado dos patrões e amigo dos corruptos, que agora, numa operação de cosmética à saída das eleições presidenciais, vem fazer um discurso a “favor do Estado Social” e “contra o FMI”. Maior aldrabice não há. Foi este governo que já colocou as receitas do FMI nos vários PEC, é este governo que diariamente promove a destruição dos direitos sociais e laborais, que corta as prestações sociais e de desemprego, as reformas e pensões, os salários dos trabalhadores e os seus postos de trabalho.

Este governo PS tem de ser derrotado, tem de ser posto um fim na sua política igual à da direita e à do capital. O movimento sindical e a esquerda têm de retomar a via da mobilização para a luta popular e sindical. Implementando um verdadeiro plano de acção e não repetindo receitas que já levaram muitas vezes ao cansaço e à derrota, como é o caso dos repetitivos ciclos de greves parciais (nomeadamente nos transportes). A mobilização deve seguir um plano de crescimento que anime vários sectores e mostre um sentido de poder ser vencedora.

Para fortalecer esta via da mobilização é necessária uma clara demarcação e denúncia das políticas do governo e da direita e desmascarar a falsidade que está de novo a ser construída e que procura apresentar este PS e este governo como um mal menor face a um “perigo da direita” e assim permitir que continue a actual e real governação da política de direita aplicada por José Sócrates e pelo seu governo PS, para mal de milhões de trabalhadores.

É este caminho que tem de ser retomado para melhor poder apoiar a luta dos trabalhadores e ajudar a que seja vencedora.

## SAÚDE ■



## 2011, ano de vida ou morte para o SNS?

2011 promete ser o ano (mais) draconiano do governo Sócrates. Sob a capa de um passado remotamente de esquerda e da influência nos trabalhadores, o Partido Socialista tem levado avante as medidas que agradam aos mais ricos e às suas instituições. Assim, face a uma das crises mais graves de sempre do capitalismo, o PS tem no Estado Social um dos seus grandes alvos (mesmo que diga precisamente o contrário).

O Sistema Nacional de Saúde (SNS) é uma das maiores conquistas dos trabalhadores portugueses. É ele que garante que qualquer pessoa tenha acesso aos melhores cuidados de saúde possíveis, independentemente do seu salário, nacionalidade ou qualquer outra condição. E é esse SNS que o PS quer assassinar. O método será retirar-lhe condições progressivamente ao mesmo tempo que se “investe” na saúde privada.

### Corte no transporte

Assim, desde o dia 1 de Janeiro de 2011 que se iniciou uma nova vida no SNS. Graças a Sócrates e aos cortes, os doentes perderam os transportes no SNS. Vive longe de um hospital central e precisa de transporte para a consulta? Só se os Serviços Sociais o permitirem é que não paga esse transporte.

As regras para essa isenção são, claro, estritas, e eis negado o acesso a vários cuidados de Saúde a uma grande fatia da população. Quanto aos funcionários do SNS, como se não bastasse o aumento do IVA e o corte nos salários, prevê-se agora que a lei do horário nocturno mude, passando o período das 20 às 22h a não contar e a ser pago normalmente.

### EPEs

O capital, para proteger os seus lucros, não olha a meios, e no território da saúde isso custará vidas: no hospital de Santa Maria a administração recusa-se a pagar Urgências Internas (UI) entre as 8 e as 20 horas, o que pode provocar uma fuga de médicos para o privado (para gáudio do governo PS e da restante direita).

Continuarão, como sempre, a gritar aos sete ventos que tudo isto é “inevitável”, que tem mesmo de ser, que a gestão tem de ser modificada, etc.

Pode ler-se no site dos hospitais EPE (Entidade Pública Empresarial): “O processo de empresarialização hospitalar insere-se numa política de modernização e revitalização do Serviço Nacional de Saúde que pressupõe a adopção de uma gestão inovadora com carácter empresarial orientada para a satisfação das necessi-

dades do utente”.

Curioso: no Hospital de Cascais (EPE), segundo relatos de profissionais de saúde, a derrapagem nas contas era tal a meio do ano que em certos serviços os doentes tomavam banho dia sim, dia não. Será isto “inevitável”? Satisfará “as necessidades do utente (vá lá, ainda não escrevem “cliente”)?

### Luta popular

2011 será um ano de ofensivas duras do capitalismo e é preciso uma luta popular forte, organizada e intransigente para resistir e vencer. As direcções sindicais continuam a negociar, devagar e nas nossas costas, os direitos dos trabalhadores, sem qualquer perspectiva de vitória.

É preciso que os profissionais do SNS e que a população que usufrui do SNS se juntem com vista a manter o SNS universal, gratuito e de qualidade. Para tal, é preciso que os trabalhadores do SNS se organizem em formas de luta que substituam as das direcções sindicais, que teimam em conduzir-nos a derrotas.

Só um SNS público e gratuito pode ser garantia de saúde. Chega de derrotas, chega da humilhação de ver os ricos fazerem exames e terem tratamentos que os outros não podem ter.

M.N.

## RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER  
www.rupturafer.org  
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores  
LIT (IV Internacional) www.litci.org  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia  
Director: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projecto Gráfico: Nádia Martins  
Capa: Diogo Bento  
Contacto: jornal@rupturafer.org  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:

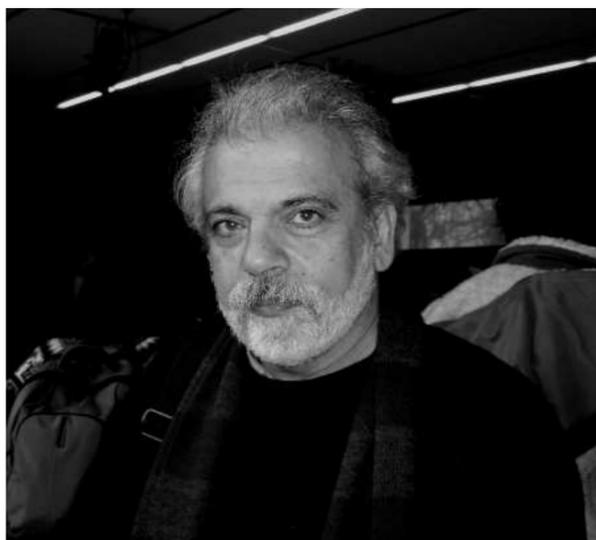
A. P. Amaral, André Traça, C.K., Diana Curado, Eduardo Veloso, Elsa Sertório, J. A. Dias, Lina Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves.

# “Um Outro Davos” defende unidade dos trabalhadores contra ofensiva do capital

No X Encontro foram relatados exemplos de um sindicalismo combativo e independente dos patrões e governos



Dirceu Travesso, da Conlutas, central sindical brasileira



Sotiris Martalis, da Federação dos Servidores Públicos da Grécia

Entre 21 e 23 de Janeiro realizou-se, na cidade suíça de Basileia, o X Encontro internacional “Um Outro Davos”. Estes encontros, que se assumem como anticapitalistas e agrupam activistas e trabalhadores de todo o mundo, têm sido organizados como contraponto às cimeiras anuais dos governos e instituições internacionais do imperialismo que se realizam na estância turística de Davos.

No “Outro Davos” deste ano participaram cerca de 250 pessoas, vindas de vários países: Suíça, Portugal, Espanha, França, Alemanha, Grécia, Itália, Grã-Bretanha, Rússia, Sérvia, EUA, Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Egípto, Irão... Eram na maioria representantes de correntes sindicais e de organizações políticas, mas também de organizações de imigrantes, mulheres e estudantes.

## Colaboração com governos

Muitas intervenções ressaltaram que, à medida que se aprofunda a crise mundial do capitalismo e se multiplicam os ataques aos trabalhadores, cresce a sua vontade de luta e determinação.

Foram relatados casos concretos de combate e resistência, por vezes muito prolongados. Mas em quase todos as lutas o maior obstáculo para o seu sucesso tem sido a traição sistemática das direcções sindicais. Ao ponto de colaborarem directamente com os governos não só por via de acordos de conciliação, como inclusive na repressão das mobilizações!

## Sindicalismo classista

Face à capitulação vergonhosa das

burocracias sindicais estão a surgir movimentos e grupos de trabalhadores que defendem e praticam um sindicalismo de tipo novo, combativo e independente dos patrões e governos, tendo como base de funcionamento a democracia operária.

Estes grupos ainda são minoritários no movimento sindical da maioria dos países e têm, portanto, dificuldades em se construir como alternativa às direcções tradicionais. Mas nalguns locais, como no Brasil, conseguiram construir uma nova central sindical, a Conlutas.

“Se é certo que a burocracia continua a dominar a consciência da maioria da classe a nível nacional, internacionalmente existe uma consciência cada vez maior da unidade dos problemas”, disse Dirceu Travesso, da Conlutas.

Hoje, segundo o sindicalista brasileiro, os trabalhadores entendem com mais clareza que a ofensiva neoliberal é a mesma nos EUA ou no Irão, na China ou no Uruguai. Por isso, ele dirigiu-se aos camaradas presentes apelando a que “exerçam activamente o internacionalismo”, tomando todas as iniciativas possíveis de solidariedade internacionalista (por exemplo com a revolta na Tunísia, as greves gerais convocadas noutros países, etc.).

## Auto-organização

Outro aspecto interessante da situação do movimento operário hoje em dia são as experiências de auto-organização dos trabalhadores, e de como elas têm ajudado os trabalhadores a vencer lutas. Foram dados

exemplos de auto-organização, inclusive com ocupações de empresas e experiências de auto-gestão, em lutas importantes na Sérvia, Suíça, Alemanha e Grécia.

## “Não pagamos a vossa dívida!”

A intervenção do grego Sotiris Martalis foi das mais aplaudidas. Ele contou como a luta na Grécia continua bem viva, apesar de os media terem deixado de dar atenção ao que ali se passa.

Desde o Verão que estão a funcionar Comitês de Acção contra as medidas de austeridade, que organizam as populações e lutam activamente por objectivos concretos: contra o aumento das portagens e dos transportes, por exemplo. As pessoas reúnem-se e decidem ocupar uma portagem e levantar as cancelas para que os carros passem sem pagar; ou colocam-se junto dos balcões das transportadoras aéreas e propõem aos passageiros que não paguem o aumento dos bilhetes de avião.

Este boicote é contínuo e muito participado. “Quando começámos no Verão havia só um comité de acção, hoje eles existem em todas as cidades. Estes comités são a maneira de unir toda a classe contra os planos de austeridade, independentemente das suas filiações políticas.”

Como parte deste movimento preparava-se nova greve geral (a 7ª!) para 10 de Fevereiro. Sotiris Martalis explicou: “A nossa luta de fundo é em torno de duas palavras de ordem: não pagamos a vossa dívida! Não pagamos a vossa crise!”

Ana Paula Amaral

## BÚSSOLA ■



## Pacto social em Espanha

Os dirigentes das centrais sindicais Comissões Operárias (CC.OO.) e UGT chegaram a um acordo com o governo Zapatero e a patronal neste mês de Fevereiro sobre o aumento da idade da reforma e o número de anos exigidos para a obtenção do valor integral desse benefício. A idade da reforma aumentou para 67 anos e subiu para 38,5 anos de contribuições pagas o tempo exigido para a reforma integral. Estas duas medidas significarão um corte entre 20 a 25% no valor das pensões. Trata-se de uma grande traição dessas centrais sindicais num país com cerca de 5 milhões de desempregados. A contrapartida exibida pelas duas centrais – a criação de 100 mil postos de trabalho para jovens e desempregados de longa duração – não passa de poeira nos olhos para tentar esconder a traição. O que são 100 mil postos de trabalho num sector em que há mais de 2 milhões de desempregados de longa duração e 900 mil jovens sem emprego? Além disso, esses 100 mil postos de trabalho serão remunerados com salários miseráveis e terão contratos a tempo parcial e sujeitos à flexibilidade horária, funcional e geográfica. (Leia notícia completa no site [www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org))



## Inside Job, a crise real

Um documentário de Charles Ferguson narrado por Matt Damon. É mais uma evidência de que o género documental alastra e se impõe no mundo do cinema, a sétima arte a ocupar o papel de ajudar a dar sentido ao mundo em que vivemos. Neste caso, o filme fornece uma análise compreensível da crise global, a pior desde a grande recessão, que custou cerca de 20 triliões de dólares, deixou e deixa milhares de pessoas no desemprego, muitas perderam as suas casas e cujo efeito ainda está longe de ter terminado. Apesar de falado maioritariamente em “economês”, pois os “actores” são os próprios agentes da crise, é compreensível também para os não-economistas de formação. Mostra como começou na Islândia em 2008 e depois alastrou para os EUA e para a Europa, ficamos a perceber como surgiram as *commodities*, as ligações entre agências de *rating*, revistas de negócios, cargos políticos e cátedras universitárias, todos com o seu devido preço. A conspiração dos grandes banqueiros americanos contra as pessoas ao vivo e com muitos gráficos para clarificar as ideias, um filme pedagógico que consolida a revolta que todos sentimos.

## Um exemplo de que afinal é possível ganhar!

Da Suíça italiana veio o relato da experiência de uma empresa em Bellinzona, que em 2008 foi alvo de um processo de reestruturação, que teria como consequência a perda de 450 postos de trabalho. O trabalhador Gianni Frizo contou como ele e

os seus colegas realizaram uma greve de 33 dias, com ocupação e auto-gestão da empresa e assembleias gerais diárias. Na condução da luta, a direcção sindical tradicional foi posta de lado e os trabalhadores elegeram um Comité de Greve. Sem

fundo de greve, os trabalhadores da empresa apelaram à solidariedade activa da população local e foi ela que os ajudou financeiramente. A luta só terminou com a vitória, isto é, quando os patrões aceitaram retirar o plano de reestruturação. A.P.A.

# Fora Mubarak! Pelo triunfo da revolução egípcia e árabe!



O processo revolucionário iniciado na Tunísia e que se expande por todo o mundo árabe é analisado neste artigo, cujo texto completo pode ser lido em [www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org)

Há um processo revolucionário que se expande por todos os países árabes. A partir da Tunísia, onde a mobilização popular derrubou o ditador Ben Ali, depois de 23 anos no poder, foi-se estendendo como um rastilho de pólvora, provocando mobilizações contra ditaduras em vários países árabes, fossem elas laicas ou religiosas, "republicanas" ou monárquicas, desde a Mauritânia até ao Iémene, passando pela Argélia e Jordânia.

O que tem impulsionado esse processo tem sido o aprofundamento da miséria como consequência dos efeitos da crise económica mundial, com o crescimento do desemprego e a alta dos preços dos alimentos devido à profunda dependência desses países ao imperialismo.

Esse processo revolucionário caiu com uma força gigantesca no país mais importante da região, o Egipto. A partir do dia 25 de Janeiro explodiu um grande processo revolucionário, que começou com vários milhares de pessoas nas ruas do Cairo e outras cidades do país, e se foi estendendo chegando a milhões no dia 1 de Fevereiro, tendo como centro a exigência da renúncia do ditador do país. Apesar da repressão, que já provocou 140 mortes, segundo a versão oficial, a revolução não se deteve e radicalizou-se depois de cada anúncio de supostas mudanças por parte de Mubarak, que trata por todos os meios se manter no poder.

## O receio dos vizinhos

Se Mubarak cai como resultado da acção revolucionária das massas egípcias, isso teria uma imensa repercussão e aprofundaria a revolução árabe. Ao mesmo tempo, colocaria em crise todo o dispositivo imperialista de controle da região, do qual o regime Mubarak é uma peça chave. Principalmente, colocaria em risco a existência do Estado de Israel. Por isso, o governo israelita de Benjamin Netanyahu tem expressado sua preocupação e apoio a Mubarak.

Esse processo revolucionário que tem seu eixo nas reivindicações democráticas pode afectar directamente também os regimes teocráticos como o do Irão (que reprimiu duramente há dois anos as mobilizações que houve contra a fraude eleitoral e por liberdades democráticas). Assim como pode afectar as organizações islâmicas como o Hamas e Hezbollah. Por isso não é de se estranhar que, quando se realizaram manifestações de apoio à revolução egípcia nos territórios ocupados, elas foram reprimidas pelo Hamas, em Gaza. O Hamas fez o mesmo que o

agente do imperialismo na Cisjordânia, a ANP (Autoridade Nacional Palestina).

## A fagulha revolucionária

As mobilizações actuais iniciaram-se pela convocatória da organização "Movimento 6 de Abril" (organização cuja primeira acção, em 2008, foi apoiar os trabalhadores de El-Mahalla, e 6 de Abril foi o dia da greve desses trabalhadores da indústria têxtil), que dias depois também fez o chamado à Greve Geral para derrubar Mubarak. A partir dessa convocatória, imensas contingentes da juventude, sectores de classe média, trabalhadores, incluídas algumas organizações sindicais independentes e pequenas organizações de esquerda formaram parte desse movimento. Um aspecto que se destaca da rebelião é o papel central da juventude no país em que dois terços de seus habitantes têm menos de 30 anos, com uma altíssima percentagem de desemprego.

O povo egípcio saiu às ruas para derrubar a ditadura que as oprime há décadas, exigindo liberdades democráticas. Por isso, a exigência central das mobilizações é a renúncia de Mubarak, que concentra todos os problemas. As palavras de ordem mais cantadas nelas são "Fora Mubarak" e "Mubarak, o avião te espera". O povo egípcio está farto de uma ditadura que os mata de fome e reprime o mais mínimo protesto, eliminou as liberdades democráticas e perseguiu, prendeu e mandou ao exílio inúmeros dirigentes e activistas opositores. Mas, ante as manobras e "reformas" propostas pelo governo, o processo avança e o repúdio já não se limita ao presidente. "Queremos uma mudança de regime e não de rosto", dizem os manifestantes.

A indignação das massas, além disso, nutriu-se do repúdio à política pró-imperialista de Mubarak, especialmente na sustentação de Israel, apoiando desde sua fronteira o cerco ao território palestino de Gaza. Isso fez com que nas mobilizações se manifestasse a palavra de ordem: "Hosni Mubarak, Omar Suleiman, os dois são agentes dos americanos". Suleiman é o chefe do serviço secreto e foi nomeado como vice-presidente de Mubarak.

## A oposição burguesa tenta encabeçar uma transição pactuada com o regime

As duas expressões políticas opositoras mais conhecidas internacionalmente, a Irmandade Muçulmana (uma velha organização de ideologia fundamentalista

islâmica) e o diplomata Mohamed El Baradei (ex-presidente da Agência Internacional de Energia Atómica) recém-aderiram às manifestações, dias depois de terem iniciado. Agora participam e tratam de encabeçá-las, sendo parte das marchas para terem legitimidade política. Tratam de canalizá-las para uma negociação política com o regime e poder representar o movimento em futuras negociações e composições de governo.

Segundo informações da imprensa, pouco antes de explodir a rebelião, a Irmandade Muçulmana realizava negociações com o regime de Mubarak para apoiar a manobra de sucessão pelo seu filho Gamal em troca da legalização da organização. Recordemos que a Irmandade Muçulmana sempre defendeu o estabelecimento de um regime de ditadura teocrática ao estilo do Irão, ainda que agora reivindique a necessidade de respeitar as decisões do povo egípcio.

## Quais são as perspectivas?

A situação no país encontra-se num momento crítico, nem Mubarak consegue governar nem as massas ainda o derrubaram: a rebelião popular tem enfraquecido o regime de Mubarak enquanto o imperialismo e a oposição burguesa buscam uma saída que mantenha o Egipto no mesmo papel que cumpriu até hoje. Por sua parte, Mubarak, ao mesmo tempo em que prepara uma possível saída do país (a sua família já se instalou numa luxuosa casa de Londres), manobra para se manter mais tempo no poder e, essencialmente, ter a chave de uma transição parcial e controlada.

As massas que escutaram o discurso televisivo de Mubarak, em que ele simplesmente anunciou que não se apresentaria para as próximas eleições de Setembro, em plena mobilização e desafiando o toque de recolher, já lhe responderam com indignação que não aceitam a sua permanência por mais tempo. Ante a força da mobilização, a oposição burguesa mantém que negociará com o governo só se Mubarak sair. Vai depender das massas que seja varrido todo o regime Mubarak e que possam avançar mudando todo o sistema em benefício dos trabalhadores e do povo. Só com a tomada do poder pelos trabalhadores e o povo ficará garantido que no Egipto sejam adoptadas medidas contra a miséria e o desemprego e de ruptura com o imperialismo e o seu enclave na região: Israel.

LIT-QI, 2 de Fevereiro de 2011

## Quem vai governar e para quê?

É necessário impulsionar a autoorganização independente dos trabalhadores e da juventude. Desenvolver os comités de autodefesa dos bairros populares que tem surgido, ligando-os às organizações sindicais independentes e às da juventude que estão chamando as mobilizações para que sejam organismos de poder revolucionário.

O poder no Egipto hoje está em disputa, o que tenderá a se resolver em poucos dias. Ou o regime de Mubarak consegue derrotar a mobilização de massas e manter-se no poder ou as massas conseguem derrubá-lo de forma revolucionária. Se ocorrer essa alternativa a oposição burguesa vai tentar ocupar esse espaço vazio. Deve-se impedir que roubem a vitória dos trabalhadores e do povo.

A organização 6 de Abril, junto a todas as organizações de trabalhadores, de jovens e populares, deve chamar um encontro urgente dos trabalhadores e do povo que discuta um programa a serviço das massas e tome o poder em suas mãos para levá-lo a cabo.

Essa revolução não é só contra o actual regime, mas afecta também directamente o imperialismo dominante e objectivamente é uma luta contra o capi-

talismo que os tem levado à miséria. Os gravíssimos problemas que sofre o povo egípcio só poderão ser resolvidos, de fundo, com a revolução operária e socialista.

É necessário construir um programa socialista para a revolução egípcia e árabe, que contenha, entre outras reivindicações: a manutenção da luta pela derrota de Mubarak e o seu regime já; não às manobras nem aos pactos para uma transição que não rompa com o imperialismo e Israel; por plenas liberdades democráticas e plenos direitos sindicais para os trabalhadores incluindo o direito de greve; desmantelamento imediato do aparato repressivo da ditadura; justiça e castigo aos repressores; imediata liberdade a todos os presos políticos; por eleições livres imediata; pela convocação de uma Assembleia Constituinte soberana com plenos poderes; pelo imediato aumento de salários; por um plano económico de emergência destinado a garantir trabalho para todos com a expropriação dos bancos, das multinacionais e grandes empresas; fora o imperialismo e Israel; pela imediata abertura da fronteira com a Faixa de Gaza; por um governo operário e popular que garanta essas medidas!

# A revolução começou em Tunes



A revolução árabe começou nas ruas de Tunes, provocou a queda do ditador Ben Ali e continua a incendiar o país.

Dia 14 de Janeiro, culminavam nas ruas de Tunes os acontecimentos de um mês impensável. Milhares de manifestantes tomavam as ruas da capital enquanto o tirano Ben Ali terminava mais de duas décadas à frente de um regime autoritário e corrupto, numa fuga apressada de helicóptero.

Impensável a coragem com que nos dias anteriores trabalhadores e desempregados, sobretudo jovens, enfrentavam a polícia do regime desafiando recolheres obrigatórios e sabendo da brutal repressão, por vezes com balas, a que se sujeitavam.

## Como tudo começou

O grande rastilho ter-se-ia acen-

dido a 18 de Dezembro quando um jovem de 26 anos, licenciado sem emprego, que vendia frutas e vegetais nas ruas para subsistir, foi proibido de o fazer pela polícia, e, tomado pelo desespero, se regou com gasolina e se incendiou em frente da sede do governo da sua cidade.

A revolta alastrou ao resto do país com mobilizações maciças que pediam a demissão do presidente, que amordaçava a comunicação social e se reelegia sucessivamente em eleições fraudulentas nos últimos 23 anos, enquanto enriquecia uma casta que girava à sua volta.

Quando os camponeses pobres do campo e a juventude desempre-

gada (mais de 30% dos jovens do país) e subempregada, fartos do aumento insuportável do custo de vida, saíam das suas aldeias e bairros acompanhados, no caso dos jovens, pelos seus pais e avós, para encher o centro das cidades, onde eram acompanhados por advogados, médicos e amplos sectores da classe média, a polícia fez o que melhor sabia, reprimir e disparar sobre civis desarmados, resultando em dezenas de mortos.

## O papel do imperialismo

A hipocrisia e oportunismo das potências imperialistas é gritante, nomeadamente dos Estados Unidos e da França, antiga força colonial, que durante décadas pou-

co ou nada falavam da falta de liberdades civis e políticas do regime tunisino, negociando à grande os contratos das suas empresas que se instalavam no país aproveitando os baixos salários e as recomendações do FMI, ao mesmo tempo que enchiam os bolsos à burguesia que se concentra sobretudo na família de Ben Ali e da mulher.

Quando a polícia começava a perder o controlo nos protestos, e o regime começava a tremer, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês oferecia-se para enviar tropa policial para a Tunísia dizendo dispor-se a “no quadro da nossa cooperação agir para que o direito de manifestação se possa fazer ao mesmo tempo que se assegura a segurança”.

A Wikileaks revelou que os diplomatas americanos sabiam o quão podre era o regime, o descontentamento que isso provocava na população e a repressão a que esta era sujeita, mas concluíam que devia ser apoiado de qualquer forma. Agora que o presidente fugiu do país dizem “apoiar as aspirações democráticas dos tunisinos”, condenando a violência e apoiando a realização de eleições livres, numa tentativa de manter a mão na situação saída da nova conjuntura. A democracia do cassetete, da fraude eleitoral, da prisão e da bomba - a velha amiga do capital internacional e dos estados que o representam, um clássico de Cabul a Casablanca

## A revolução continua

Cedo se percebe que a burocracia corrupta que girava em torno de Ben Ali, enquanto cede à revolta, se esforça por manter-se no poder, agora com a cara lavada. Cedo

forma-se um governo interino chefiado por membros do RCD, o “velho” partido do poder, usando ao mesmo tempo uma cosmética de “união nacional” ao incluir membros da UGTT, a principal central sindical do país.

Longe de regressarem a casa convencidos que já tinham conseguido o que queriam, milhares de tunisinos continuam nas ruas quase todos os dias e cercam os edifícios do governo exigindo a sua demissão. Pelo caminho foram conseguindo a legalização das organizações sociais e políticas banidas pelo antigo regime, assim como o início da queda de vários ministros e a dissolução do RCD.

Enquanto isso, em muitas zonas populares surgem comités de bairro, com a população local a organizar-se para tratar da sua segurança e de outros assuntos. Inclusivamente, a UGTT, pressionada pela vontade de mudança dos trabalhadores que representa, convocou uma greve geral por tempo indeterminado até que todas as figuras do antigo regime desapareçam das estruturas do governo.

Ainda que a revolução só tenha colhido frutos na Tunísia, deu início a um efeito dominó por todo o mundo árabe, com o Egipto também a ferro e fogo. Também com a força da juventude desesperada pelo desemprego, aumento do custo de vida e falta de perspectivas, enormes manifestações e confrontos já aconteceram na vizinha Argélia, na Jordânia ou no Iémen. Tremem de medo os poderios autoritários e corruptos e as burguesias locais e imperialistas que os sustentam. Aguardam-se as cenas dos próximos capítulos.

André Traça

## Os Papéis da Palestina ou a verdade sobre o chamado “processo de paz”

Os mais de 1.600 documentos revelados pela cadeia de televisão Al Jazeera sobre o Médio Oriente demonstram claramente o que todos já sabíamos: que Israel nunca esteve interessado num acordo de paz, quaisquer que fossem as concessões dos palestinianos.

Mas a grande revelação dos documentos é a realidade do colaboracionismo da Autoridade Palestiniana (AP) com o sionismo israelita. Vai longe o tempo em que Arafat defendeu perante a ONU um Estado laico, democrático e binacional em todo o território da Palestina. Os seus sucessores, hoje, estão prontos a render-se à potência colonizadora em troca de um bantustão onde possam continuar a enriquecer-se à custa do sofrimento do seu povo.

Alguns documentos revelam

que em Junho de 2008 os negociadores da AP ofereceram de bandeja a Israel todos os colonatos construídos em Jerusalém excepto um.

Outros provam que em Março de 2007 a AP propôs o retorno de 10.000 dos quase cinco milhões de refugiados palestinianos. A então ministra dos Negócios Estrangeiros, Tzipi Livni, respondeu que os refugiados podiam “retornar” ao futuro Estado palestiniano. E Mahmud Abas concordou: “é verdade que não podemos pedir-vos que acolham os refugiados no vosso Estado judeu”.

Para além disso, os Papéis da Palestina mostram que a AP foi informada previamente pelo governo israelita do ataque iminente contra Gaza em Dezembro de 2008, tendo mesmo sido consul-

tados sobre o seu interesse em retomar o poder naquele território - ao que Mahmud Abas terá respondido negativamente.

Sabendo que o contrabando através dos túneis escavados pela população é o único meio de fazer entrar em Gaza bens de primeira necessidade, a AP terá pedido a Israel que impedisse esse contrabando e que mantivesse fechadas as fronteiras de Gaza. Tudo em nome da sua luta contra o Hamas.

Um caso pontual ilustrou de forma particularmente chocante o colaboracionismo da AP: numa reunião ocorrida em 2005, o então chefe supremo do exército israelita, Shaul Mofaz, intimou o então ministro palestiniano do Interior, Nasseer Yussuf, a organizar o assassinio de um operacio-

nal palestiniano residente na Faixa de Gaza, Hassan al-Madhun. O militante em causa não era sequer membro do Hamas, e sim do braço armado da própria Fatah, as Brigadas dos Mártires de al-Acqa. Foram os israelitas que acabaram depois por assassinar al-Madhun, mas nas actas ficou a disponibilidade de Yussuf para estudar a ideia. Para além deste “assassinio selectivo”, há um documento em que o negociador-chefe da AP, Saeb Erekat, a propósito de um confronto entre polícias da AP e militantes do Hamas, admite que a AP anda a matar “o seu próprio povo”, para provar que consegue impor a ordem.

No fórum anual de ONG’s israelo-palestinianas, que se realizou em Jericó nos dias 25 e 26 de

Janeiro, a consternação era total. O co-presidente palestiniano do Fórum, Saman Houry, lamentava nomeadamente a dificuldade de convencer os gazahuis a oporem-se ao Hamas, porque se enraizou a convicção de que “de todos os modos, Israel só nos concederá um Estado desprovido de qualquer conteúdo, uma concha vazia”.

As ONG’s participantes no fórum sempre têm apostado na criação dum Estado palestiniano como forma de cancelar as reivindicações históricas da causa palestiniana. Os Papéis da Palestina vieram confirmar o desmoronamento dessa estratégia. Neles se prova que nunca nenhum “parceiro para a paz” será suficientemente servil para satisfazer a avidez do sionismo.

Elsa Sertório



## “Que nos devolvam o nosso futuro”

Em 2010, milhares de estudantes aprenderam lições que marcarão toda uma geração. Em Itália, França, Reino Unido e Grécia, a juventude mobilizou-se, fazendo lembrar o Maio de 68.

Mas, se em 68 era tempo de conquistas e de optimismo, hoje as novas gerações radicalizam-se contra a austeridade, contra o desemprego e precariedade e pelo direito à educação. “Que nos devolvam o nosso futuro”, gritavam, enquanto forçavam a entrada no Senado italiano – slogans parecidos ouviram-se nos últimos meses em Londres, Paris, Atenas, Roma, Madrid e até Lisboa.

O exemplo vinha há anos da Grécia. Já antes dos protestos do proletariado grego aparecerem nos telejornais, a juventude tinha habituado o país a manifestações, ocupações de faculdades e confrontos com a polícia. Assim garantiram até hoje a não implementação do processo de Bolonha e a gratuidade do ensino, caminhando a par dos trabalhadores, abrindo caminho para a onda de greves gerais que incendiou a situação Europeia.

Logo em Outubro, quando os trabalhadores franceses iniciaram

as suas jornadas contra o aumento da idade da reforma, foram os estudantes deste país que seguiram o exemplo grego. Aderiram às greves, ocuparam as escolas e deram uma nova radicalidade à luta, compreendendo como o aumento da idade da reforma condena a juventude ao desemprego e a uma vida de exploração.

### Depois vieram os ingleses...

Depois, inesperadamente, foram os ingleses que, perante o triplicar o preço das propinas, encheram as ruas. Sem terem uma tradição de lutas radicais aprenderam rápido: na sua primeira manifestação, no início de Novembro, compareceram aos milhares e ocuparam a sede do partido Conservador. No dia 24 desse mês marcharam sobre o Parlamento, apesar da repressão, na maior manifestação estudantil de sempre no país. Apesar do aumento das propinas ter sido aprovado, os estudantes voltaram à rua em Janeiro.

No final do semestre, foram os estudantes italianos que intervieram. Os cortes na educação e a precariedade de bolsiros e investigadores alimentavam o descontentamento e, seguindo o exemplo europeu, os italianos inundaram as suas cidades, ocupando monumentos, ao lado de professores e investigadores. Preso por um fio, o governo de Berlusconi tremeu enquanto a juventude derrotava a polícia nas ruas de Roma.

Tal como em 68 desenha-se um afluxo internacional em que os estudantes convergem com os trabalhadores, imprimindo radicalidade às lutas. As políticas de austeridade são as razões profundas desta onda. Tendo a juventude percebido que é o seu nível de vida para as próximas décadas que está em jogo, o mais provável é voltar a irromper violentamente. Por cá trabalhamos para dar o nosso contributo. **Manuel Afonso e Eduardo Velosa**

## Seguir o exemplo europeu e unir as lutas de estudantes e trabalhadores contra o governo

Em Portugal, depois de muitos anos de ataques ao ensino superior, o governo Sócrates, incluiu os estudantes nos PEC's através do Decreto-Lei 70/2010. Este decreto, que restringe o acesso de milhares de trabalhadores ao rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego ou abono de família, revê também o cálculo das bolsas de estudo dos universitários. Esta alteração revitalizou um movimento estudantil em refluxo desde a derrota da luta contra as propinas.

### Manif de Novembro

O momento mais marcante no último semestre de 2010 foi a manifestação nacional de estudantes no dia 17 de Novembro, convocada pela Academia de Coimbra por proposta da FAE, colectivo estudantil em que participamos. A manifestação teve cerca de quatro mil estudantes, vindo metade de Coimbra. Muitas das outras academias optaram por não mobilizar seriamente para o protesto.

Esta manifestação surgiu de um crescente descontentamento com os atrasos na atribuição de bolsas, e sob a ameaça, entretanto concretizada, do corte de dezenas de milhares de bolsas. Como seria de esperar, as direcções das associações que encabeçaram a luta nada fizeram para que o movimento aumentasse, aceitando fazer uma manifestação antes que o descontentamento ganhasse contornos radicalizados, não dando depois

saída à luta.

Esta manifestação foi mais participada, radicalizada e politizada que a do ano anterior tendo sido um passo importante no reacender das lutas estudantis. Foi ao mesmo tempo, uma expressão tímida do ascenso juvenil que atravessa a Europa.

A greve geral foi também um sucesso em muitas das universidades tendo-se realizado piquetes, concentrações e plenários com alunos e professores. Embora os estudantes não tenham aderido massivamente, muitos se solidarizaram e teriam aderido caso as associações os convocassem.

### Milhares sem bolsa

Na sequência desses protestos o parlamento aprovou a retirada das bolsas do Decreto-Lei 70/2010, mas o governo só quer aplicar essa decisão em 2012, efectivando este ano milhares de cortes. Com as novas regras, só na Universidade do Minho, cerca de 800 alunos perderam a bolsa de estudo.

Ao mesmo tempo os estudantes continuam sob ataque, perante os cortes ao financiamento, o aumento do prato-social, além da passagem de várias universidades públicas a fundações de direito privado. Apenas seguindo o exemplo dos colegas ingleses, gregos, italianos e franceses, radicalizando a luta ao lado dos trabalhadores, poderemos impedir os cortes na bolsas e a destruição do ensino público.

**M.A.e E.V.**

## Recomeça a luta contra a austeridade

O país continua mergulhado na crise da dívida pública, e ainda sob a ameaça de recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira, antecâmara do FMI. O novo ataque do governo em carteira responde, mais uma vez, a orientações expressas da Comissão Europeia: facilitar os despedimentos, reduzindo as indemnizações pagas pelos patrões e fazendo com que sejam os próprios trabalhadores a pagá-las.

É nesse cenário de possível intervenção do FMI no país – e consequente agravamento da situação económica – que a maioria da população começou o ano de 2011 a sentir mais os efeitos dos PECs aprovados no ano anterior, com os cortes salariais, aumento de impostos, redução do investimento público em saúde e educação, cortes nos apoios sociais, etc.

São 450 mil pessoas – do

Serviço Público e do sector empresarial do Estado – que sofreram cortes salariais a partir de Janeiro, iniciativa que está a ser acompanhada por algumas empresas privadas. Como se não bastasse esta drástica diminuição de renda, a população também está a sofrer com o aumento dos preços, nomeadamente dos transportes e dos combustíveis. Enquanto o desemprego e a precariedade não param de crescer, há cada vez mais desempregados a perder o subsídio de desemprego em função das novas regras aprovadas pelo governo.

### Começa a resposta

Depois da reunião de 700 professores de Educação Visual e Tecnológica (EVT) em Aveiro, a 15 de Janeiro, para protestar contra o projecto do governo de cortar pela metade o número de docentes desta disciplina, uma nova manifestação, desta vez nacional, realizou-se em 8 de Fevereiro, em frente da Assembleia da República. Nesta manifestação participaram cerca de 1.500 professores, em sua maioria de EVT, mas também de outras disciplinas e inclusive do sector privado, em

risco de desemprego.

Também neste mês começaram as greves nos transportes em todo o país. Pararam, com índices de quase 100% de adesão, o metro de Lisboa, a Soflusa, os comboios da CP, a STCP no Porto, etc.

Estas mobilizações podem ser apenas o começo de uma resposta organizada dos trabalhadores para derrotar a política de austeridade do governo PS. Para isso, faz falta um plano de luta com continuidade, discutido democraticamente e que aponte no sentido da unificação das lutas. **C.P.**

# Para que serve o Fundo Europeu de “Estabilização” Financeira?

O Fundo Europeu é alimentado pela mais-valia extraída aos trabalhadores em cada país, e retorna a esse país sob a forma de condições de exploração mais duras para os mesmos trabalhadores...

Com uma previsão, relativa a 2010, de um défice público de 7,3% e uma dívida pública de 82,1% - em relação ao PIB - e tendo em conta um fraco ou mesmo nulo crescimento económico, a situação do nosso país é frágil perante os capitalistas e especuladores internacionais e obriga o Estado a financiar-se junto dos mercados financeiros.

Por isso as chamadas agências de notação (instituições ao serviço do imperialismo que nada têm de imparcial e debitam as suas análises de acordo com os interesses do capital) duvidam da capacidade nacional de pagar estes empréstimos. Esta desconfiança quando tornada pública provoca de imediato a subida das taxas de juro, tornando-se ainda mais difícil obter financiamentos externos. É um círculo vicioso sem fim, típico do domínio do capital financeiro sobre a economia.

Foi para evitar tais situações-limite que a União Europeia criou recentemente um mecanismo europeu dito de estabilização financeira, que já foi utilizado na Grécia e Irlanda. Em Portugal, há um sector da burguesia que advoga o recurso a este fundo.

## Quem alimenta este Fundo da UE?

Dos 750 mil milhões de euros

de que este fundo está dotado, 440 mil milhões provêm dos países da UE membros do euro, 60 mil milhões do orçamento comunitário e 250 mil milhões do FMI. O Fundo Europeu só é accionado a pedido dos estados-membros, e implica sempre um apuramento das contrapartidas que cada estado deve garantir. Habitualmente são mais cortes nas prestações sociais, despedimentos mais fáceis, etc..

Em suma, como nenhum dinheiro cai do céu, e só o trabalho humano é capaz de produzir riqueza, temos que o Fundo Europeu é alimentado pela mais-valia extraída aos trabalhadores em cada país, e retorna a esse país sob a forma de condições de exploração mais duras para os mesmos trabalhadores... Eis a verdade do capital - não dá nada, só cobra!

## Onde pára o nosso dinheiro?

Apesar de cronicamente atingido por uma dívida externa crescente, quer o governo PS quer os capitalistas continuam a pedir empréstimos ao exterior na ordem dos 50 milhões por dia. Até parece que os nossos impostos não aumentaram e os nossos salários não diminuíram, em consequência das sucessivas medidas de austeridade que são imple-



Durão Barroso, Sócrates, Sarkozy e Merkel: unidos pela mesma política de retirar os direitos dos trabalhadores europeus.

mentadas desde há um ano. É caso para perguntar onde param as receitas do Estado, se afinal continuam a precisar diariamente de 50 milhões, não obstante os brutais sacrifícios que estão a impor aos trabalhadores, jovens e reformados do nosso país!

A resposta está na própria natureza do capitalismo, e numa das suas características cruciais: a baixa tendencial da taxa de lucro (ver Rupturas anteriores). O sistema capitalista vive actualmente uma profunda crise de superprodução e consequente queda da taxa de lucro, e como habitualmente os capitalistas procuram ultrapassá-la à custa de quem ex-

ploram e sempre exploraram: a classe trabalhadora. Cinquenta milhões/dia são outras tantas ajudas à banca, às empresas “em dificuldades” (leia-se, com uns lucros um pouco mais baixos) e ao governo e clientelas do PS, fiéis servidores da classe dominante.

## Não pagamos a vossa crise!

É por isso que nenhum Fundo Europeu virá “estabilizar” a situação da economia portuguesa, nenhum FMI virá ajudar ao equilíbrio das contas públicas e ao relançamento da economia. São instituições do capital, que só servem os seus interesses e só a ele (e aos seus governos) beneficiam.

Em nome duma pretensa “ajuda” financeira, encarregar-se-ão de impor medidas ainda mais violentas contra quem trabalha e cria toda a riqueza nacional.

Tem razão o povo grego quando bate o pé ao capital e afirma: Não pagamos a vossa dívida! Não pagamos a vossa crise! Apenas a classe trabalhadora tem a capacidade para acabar com a chantagem da dívida externa, relançar a produção nacional e colocar a economia ao serviço das pessoas. Para isso faz falta um verdadeiro governo de esquerda, com um verdadeiro programa socialista.

J.A. Dias e A.P. Amaral

## IGREJA ■

# O clero e o poder, as ligações eternas

Este artigo surge na sequência de uma entrevista de D. José Policarpo, cardeal patriarca de Lisboa, à revista Visão no passado dia 16 de Dezembro de 2010, oportunamente após a greve geral de Novembro do mesmo ano com o apelativo título: “Pode haver convulsão social”, seguido de “casamento gay, crise, cortes nos salários, críticas a Cavaco...”

As confissões dum cardeal prometem! Mas só para os incautos, pois logo de seguida define o seu conceito de caridade ou amor fraterno: “Nenhum cristão deve abandonar a ideia de partilha com os outros, mesmo que veja reduzido o seu salário em x por cento”.

Assim já começamos a entender-nos: o sr. cardeal apoia o governo e os cortes salariais em nome da solidariedade, nem vagamente especula se esses cortes são justos, se devem ser postos em causa e, o mais grave, não está a pensar nas duras condições em que os trabalhadores vão ficar depois de despojados dos tais x por cento de corte salarial; claramente só se preocupa em defender a legitimidade de um governo corrupto que obriga os tra-

balhadores a pagar os seus excessos e da banca internacional.

Seguindo o seu raciocínio, diz-se depois contra a redução salarial, o orçamento, o desemprego, mostra a face solidária da Igreja, a caridade, sempre a caridade, que, como já sabemos é o amor fraterno. Sim, é verdade que a igreja católica em Portugal tem instituições vocacionadas para o auxílio aos sem-abrigo, reconhecemos o esforço meritória da Comunidade Vida e Paz, sabemos da ajuda que dão a famílias carenciadas, nem nos cabe agora polemizar sobre esse tipo de ajuda. No entanto, chamou-nos a atenção que até este tipo de ajuda abnegada, não sendo um mal em si pode tornar-se num mal para si, pois segundo o Sr. Cardeal, é pre-

ferível dar o peixe do que ensinar a pescar, e isso, dizemos nós, é pernicioso e torna a classe mais desfavorecida altamente dependente, sem possibilidades de se libertar do jugo da própria pobreza ou indigência.

“Desde o primeiro momento que me faz impressão porque não-de ser apenas os funcionários públicos a pagar a factura, Eu percebo: é deles que o Estado é patrão...” É caso para dizer que de patrões percebe o senhor padre, ou não pertencesse ele e o patrão dele ao mesmo tipo de patronato, habituados à obediência cega que garante que o mundo vai ser sempre igual na correta alternância entre mandados e mandantes.

Por isso alerta para os perigos de



uma greve (a geral de 24 de Novembro) que “não evitou o inevitável”, portanto, no seu entender, inútil e pernicioso, pois, “conduziu as pessoas a uma revolta e à afirmação da não aceitação dos sacrifícios. E essa negação não anuncia nada de bom, para as pessoas, que vão, de qualquer forma, sofrer na pele a austeridade.”

Deve, portanto, o trabalhador dar ao estado autorização para dispor do seu salário para compensar as percas do capital abnegadamen-

te e sem lutar porque a revolta é um sentimento pernicioso, contrário à humildade penitente e ao sossego da aceitação. Só falta dizer que, em última instância, a revolta pode conduzir à luta e desse perigo nos quer livrar D. José.

O poder político e o governo Sócrates agradecem e nós também porque assim temos mais uma vez a certeza de que os nossos caminhos são paralelos e não nos deixaremos enganar.

Lina Pereira

# Eleições Presidenciais: ganhou o descontentamento popular

Cavaco perde meio milhão de votos, Alegre, 300 mil, enquanto a abstenção é recordista.

Quando, no passado dia 23 de Janeiro, os portugueses foram chamados a ir às urnas, uma ampla maioria respondeu mostrando o seu descontentamento, em especial com as medidas de austeridade do governo PS, medidas essas aprovadas com a ajuda do PSD e promulgadas por Cavaco Silva.

Esse descontentamento reflectiu-se especialmente na candidatura de Manuel Alegre, o grande derrotado da noite, que longe de ter conseguido uma segunda volta perdeu cerca de 300 mil votos em comparação com as eleições de 2006, nas quais se apresentou como independente, em oposição ao PS, e obteve cerca de 1 milhão e cem mil votos.

Se há cinco anos Alegre capitalizou o descontentamento com o governo Sócrates, desta vez foi alvo desse próprio descontentamento, tal como Mário Soares o foi em 2006. Alegre, que em 2006 criticou Sócrates, desta vez aceitou e quis o seu apoio, tanto que para além de figuras-chave do PS e do governo terem aparecido ao seu lado, inclu-



do Sócrates, Alegre fez questão de dizer por várias vezes que admirava o primeiro-ministro pela forma como este estava a defender a economia portuguesa (ou seja, apoiava as medidas de austeridade).

Alegre não era um candidato independente, e os resultados eleitorais demonstram que nunca foi visto como tal, mas sim como o candidato do governo, mesmo tendo o apoio do Bloco de Esquerda. Nem esse apoio conseguiu dar alguma capa de esquerda a esta candidatura, pelo contrário, muito eleitores do BE não votaram no candidato indicado pelo BE nessas eleições.

## Uma vitória que cheira a derrota

Cavaco Silva também não escapou do descontentamento popular. Apesar de ter sido reeleito teve o menor número de votos numa eleição presidencial no pós-25 de Abril e perdeu mais de meio milhão de votos em comparação com 2006. Tal votação mostra que Cavaco não ficou imune aos escândalos em que está envolvido no caso BPN, assim como não se conseguiu demarcar das medidas de austeridade do governo, que ele próprio promulgou.

Quem ganhou estas eleições, e com maioria absoluta, foi a absten-

ção com 53,3% dos votos. Uma abstenção recorde associada ao maior número de sempre de votos brancos 4,26% (cerca de 191 mil votos) pode ser explicada, em parte, pela desconfiança da população no regime e nos seus candidatos, mas também pela ausência de uma alternativa de oposição credível, que pudesse capitalizar o descontentamento no governo, mas também na direita, que apoia as suas medidas de austeridade.

## Nobre, Lopes e Coelho ganham os votos de protesto

Dado que o BE apareceu ao lado do governo no apoio a Manuel Alegre, foram os candidatos Fernando Nobre, Francisco Lopes e Manuel Coelho a ocupar o espaço político de oposição às políticas de Sócrates e da direita. A soma das suas votações totalizou 25,74%. Fez falta um candidato do BE, que se apresentasse, como em 2006, com uma plataforma clara de oposição ao governo e à direita e um projecto de esquerda para o país.

Manuel Coelho, um desconhecido da maioria dos portugueses, obteve quase 5% dos votos com uma campanha em oposição ao “jardínismo” e ao governo, com um tom francamente populista. Fernando Nobre, com 14% dos votos, foi

quem mais capitalizou o descontentamento contra o governo, mas também contra a política e os políticos. Este resultado foi obtido por alguma preocupação demonstrada com as consequências sociais das medidas de austeridade e pelo facto de dirigir uma entidade prestigiada como a AMI, mas também, e principalmente, à custa do seu discurso “antipartido”.

Em momento algum defendeu medidas que efectivamente passem para os ricos os custos da crise, pelo contrário, o seu discurso foi marcado pela noção de que é a união de todos, trabalhadores e patrões, que vai afastar o FMI de Portugal e ser a solução para a crise. Apesar de se ter apresentado como candidato “anti-sistema”, contra a corrupção e a falta de transparência na política, Nobre foi o único que se juntou a Cavaco no coro contra a “campanha suja” quando rebentou o escândalo da ligação deste com o BPN.

Francisco Lopes, o candidato do PCP, cumpriu com o objectivo de responder às necessidades internas do aparelho partidário, mas obteve menos cem mil votos que Jerónimo de Sousa nas presidenciais de 2006, quando este já era conhecido como secretário-geral do PCP.

**Diana Curado**



## DE OLHOS BEM ABERTOS ■

# Sim ou não a uma moção de censura ao actual governo?

e até do FMI para atacar a actual dívida pública e externa?

Quer isto dizer que o não farão? Nada disso, a qualquer momento podem vir a fazê-lo. O que determinará a velocidade a apresentar formalmente a moção de censura no parlamento dependerá de muitos factores: do desgaste do governo, da subida ou não do PSD nas sondagens (e da correspondente descida do PS) e, acima de tudo, do agravamento (ou não) da conflitualidade social. A hipocrisia da direita dominará os discursos nas próximas semanas. Estão de acordo com o plano que executa Sócrates, que aliás ajudaram a aprovar, mas fingem que são oposição.

O PCP, por seu lado, também já se pronunciou. Primeiro Jerónimo de Sousa afirmou que votaria qualquer moção de censura, mesmo vinda do PSD. Não seria o PCP o sustentáculo de Sócrates no momento concreto da aprovação ou rejeição da censura ao governo. No dia seguinte, o seu líder parlamentar, Bernardino Soares, admitiu inclusive apresentar a sua própria moção de censura. Seriam sinceros os líderes do PCP, no desejo de contribuir para a derrota do gover-

no? Parece que não, pois, a seguir, recuaram: que a direita não contasse com os comunistas para “uma manobra de tomada de poder” e que moção de censura não seria uma questão que o seu partido colocasse neste momento.

Um recuo coerente com a política comunista de deixar Sócrates governar. As mobilizações sociais, a greve geral e outras iniciativas de massas já há muito que poderiam ter deitado abaixo o governo Sócrates (lembrem-se das manifestações de 100.000 professores na rua?) se o PCP, através da CGTP, não se tivesse encarregado de estancar e fazer regredir esse mesmo movimento social. Também se o PCP fosse sinceramente empenhado no derrube do governo Sócrates e na sua substituição por um governo à esquerda, há muito que teria compreendido que é indispensável apresentar uma plataforma de unidade à esquerda (com o Bloco de Esquerda, naturalmente, e sectores eventualmente em ruptura com o PS) de modo a que o povo não seja sistematicamente confrontado com “duas únicas possibilidades” de governo: ou governo PSD ou governo PS.

O BE, por seu turno, e pela boca de Francisco Louçã, também já se debruçou sobre o tema das moções de censura. Em declarações recentes ao *Diário de Notícias* não só não se mostrou interessado em tomar a iniciativa de apresentar uma moção de censura, como também não se mostrou disponível para votar a moção de censura que leve ao tapete o actual governo. Louçã declarou: uma moção de censura é ineficaz. E dá a entender que o resultado seria ainda menos interessante dado que poderíamos regressar a um governo Passos Coelho/Paulo Portas. Acontece que este raciocínio está viciado ainda que apresente uma preocupação legítima sobre a possibilidade de a direita regressar ao poder na sequência de uma queda do actual governo.

Mas a esquerda não pode sustentar um governo concreto que mantém um violento ataque aos mais elementares direitos, o direito ao salário e ao trabalho, sob a justificativa de que poderá vir aí um outro pior. O actual governo é um governo PS por “fora”, mas por dentro é o mesmo que um governo PSD/CDS. Mais, uma crise políti-

ca provocada pela queda do governo abre imensas possibilidades, e a vitória da direita não está garantida. A esquerda não poderá disputar uma maioria e um governo?

Porque não se discute uma plataforma concreta que possa construir um governo à esquerda? Afinal, o PCP, tal como o BE, se declara contra os cortes salariais, contra a redução de postos de trabalho, contra a compra de submarinos, contra as PPPs, contra o despesismo com os ricos, contra a manutenção dos off shores, etc.

Em torno dessas propostas e de muitas outras que unem PCP e BE não se percebe porque não apresentam uma proposta de governo à esquerda. Fica a pergunta: porque o BE insiste em que convergências à esquerda, no plano político, só com o PS? Alguma vez haverá algum outro PS que quando chegue ao poder não governe como Mário Soares, Guterres ou Sócrates? Alguém duvida que atrás de um António José Seguro ou António Costa, ou Vitorino, ou Assis está um novo Sócrates? Juntar forças, segundo o nosso ponto de vista, faz falta, mas só se for à esquerda, a esquerda realmente existente.